

**HABEAS CORPUS Nº 515.073 - SC (2019/0167175-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : JOSE ALDAIR HOEFLING FERREIRA  
**ADVOGADO** : JOSÉ ALDAIR HOEFLING FERREIRA - SC042772  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MARCOS FELIPE DA SILVA RIBEIRO CORREA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS FELIPE DA SILVA RIBEIRO CORREA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4016160-28.2019.8.24.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 28/1/2019 (prisão convertida em preventiva), e foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, art. 244-B, *caput*, do E.C.A. na forma do art. 70, do Código Penal, porque, aliado aos corréus e a um adolescente, pediu uma pizza e, quando esta chegou, roubaram o entregador (e-STJ fls. 16/20).

A defesa formulou pedido de liberdade provisória do paciente. O Juízo singular, contudo, indeferiu o pleito (e-STJ fls. 30/31).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que não se faz configurado o *periculum libertatis* no presente caso e que o paciente ostenta bons predicados pessoais, não devendo, portanto, subsistir a segregação cautelar.

O Tribunal de origem, contudo, não conheceu do *habeas corpus*, por se tratar de reiteração (e-STJ fls. 43/45).

Na presente oportunidade, a defesa reitera que os requisitos autorizadores da medida constritiva, previstos no art. 312 do CPP, não são vistos no caso. Sublinha que as decisões que entenderam por manter a

constrição cautelar do paciente não foram devidamente fundamentadas. Lembra, novamente, que o acusado é detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade. Aduz, ainda, negativa de autoria.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

Não é possível analisar o mérito do presente *mandamus*, pois o mesmo traz como ato coator um *habeas corpus* que não foi conhecido na origem.

O Tribunal de origem, inclusive, não conheceu do *writ* por este se tratar de reiteração do *Habeas Corpus* n. 40037564-42.2019.8.24.0000.

Assim, as questões não foram verificadas pela instância inferior no ato apontado como coator, portanto, sua análise nesta Corte acarretaria em indevida supressão de instância, nos termos do art. 105, inciso II, da CF.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator